

Notícias Federais

Assuntos Econômicos.....	3
<i>Proposta cria regime de Sociedade Anônima Simplificada</i>	<i>3</i>
<i>Proposta torna obrigatório guichê para cadeirantes em serviços públicos e privados.....</i>	<i>4</i>
<i>Publicidade de energético poderá ser igualada à de cigarro e álcool.....</i>	<i>4</i>
<i>Restaurantes, bares e lanchonetes podem ser obrigados a oferecer cardápio em braile.....</i>	<i>5</i>
Infraestrutura.....	5
<i>Contratos de concessão poderão ficar sem cláusula de reajuste de tarifa</i>	<i>5</i>
Tributos.....	6
<i>Emendas parlamentares diminuem dívida de estados e municípios com a União</i>	<i>6</i>
<i>Bicicletas podem ficar isentas de tributos</i>	<i>7</i>
<i>Tabela do IR tem defasagem de 34%.....</i>	<i>8</i>
Questões Institucionais.....	9
<i>Regras sobre coligações partidárias estão em discussão na Câmara</i>	<i>9</i>
Relações do Trabalho	11
<i>Projeto prevê vigência imediata para acordos coletivos de trabalho</i>	<i>11</i>
<i>Proposta obriga empregador pessoa física a recolher PIS/Pasep</i>	<i>11</i>
<i>Governo vai editar lei contra demissões sem justa causa</i>	<i>12</i>
<i>Proposta fixa prazo para demissão ser homologada</i>	<i>13</i>
<i>Resolução do Contran: O Ministério Público do Trabalho e sindicalistas pedem revogação de norma que adia fiscalização de descanso de caminhoneiros.....</i>	<i>13</i>
<i>Após segundo turno, governo proporá novas regras trabalhistas</i>	<i>14</i>
<i>Aviso prévio indenizado poderá ficar isento da contribuição previdenciária</i>	<i>15</i>

Notícias Estaduais

<i>Assuntos Econômicos</i>	16
<i>Fomento Paraná amplia pontos para atender empresários</i>	16
<i>Meio Ambiente</i>	17
<i>FIEP coordenará construção de propostas de logística reversa</i>	17
<i>Questões Institucionais</i>	18
<i>Orçamento do Estado para 2013 chega à Assembleia Legislativa</i>	18

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Microempresa

Proposta cria regime de Sociedade Anônima Simplificada

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 4303/12, do deputado Laercio Oliveira (PR-SE), que cria o regime especial de Sociedade Anônima Simplificada (SAS) para empresas com patrimônio líquido abaixo de R\$ 48 milhões. A proposta altera a Lei das S/A (6.404/76).

A adesão ao regime depende da aprovação de acionistas com a maioria das ações com direito a voto. Caso a empresa passe a ter um patrimônio líquido acima do estabelecido na proposta, ela será retirada do regime no exercício fiscal seguinte. A companhia no regime SAS poderá ter um só acionista.

De acordo com a proposta, é necessário o pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas para os administradores receberem sua cota na participação dos lucros. O acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral.

O projeto prevê ainda que essas empresas sejam incluídas no Supersimples, previsto na Lei Complementar 123/06.

De acordo com o autor da proposta, o regime deve baratear a criação e o manejo das sociedades anônimas, facilitar o funcionamento e flexibilizar a disciplina jurídica.

Os acionistas poderão retirar-se da companhia com notificação de no mínimo 30 dias. Depois desse prazo, poderá ser votada em assembleia geral a dissolução da companhia.

Até 20 acionistas: O texto ainda retira as regras especiais para as companhias de capital fechado com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido inferior a R\$ 1 milhão, previstas na lei. A lei previa a possibilidade de essas empresas deixarem de publicar as demonstrações financeiras e o parecer do Conselho Fiscal. Outra regra retirada é a necessidade do pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas para os administradores receberem sua cota na participação dos lucros.

Tramitação: A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Direito de Consumidor

Proposta torna obrigatório guichê para cadeirantes em serviços públicos e privados

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 4389/12, do deputado Major Fábio (DEM-PB), que obriga estabelecimentos públicos e privados – como repartições, agências bancárias ou de correios, cinemas e rodoviárias – a terem pelo menos um guichê com altura adequada para atender cadeirantes.

A proposta acrescenta dispositivo à Lei da Acessibilidade (10.098/00), que atualmente determina a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados com critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Já o Decreto 5.296/04, que regulamentou a lei, já prevê a existência de guichê acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em balcões de atendimento e bilheterias de uso público ou coletivo.

Tramitação: O projeto tramita em conjunto com a proposta que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/06). O texto aguarda votação no Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política Industrial

Publicidade de energético poderá ser igualada à de cigarro e álcool

Um projeto em tramitação na Câmara estabelece regras para propaganda de bebidas à base de cafeína, guaraná e outros estimulantes, conhecidas popularmente como energéticos. A proposta (PL 4152/12), do deputado Marcos Rogério (PDT-RO), altera a Constituição e a Lei Antifumo (9.294/96), equiparando as condições de publicidade de energéticos ao que é praticado em relação aos cigarros e bebidas alcoólicas.

O autor justifica a proposta explicando que, ao contrário do que a publicidade dos energéticos faz acreditar, esses produtos não são isentos de efeitos colaterais. “Pelo contrário, o consumo imoderado de bebidas energéticas pode trazer sérios problemas à saúde e até mesmo ser a causa de sérios acidentes automobilísticos, devido à sua comprovada atuação deletéria nos reflexos e na coordenação motora”, diz o autor.

Ele ressalta ainda que, entre 2006 e 2010, o consumo de bebidas energéticas no Brasil cresceu em 325% - um ritmo dez vezes superior à média dos demais tipos de bebidas. Como parâmetro de comparação, o deputado cita o desempenho da venda de sucos, em segundo lugar no ranking, que no mesmo período cresceu 53%.

Caso o projeto seja aprovado, a publicidade de energéticos somente poderá ser veiculada no rádio e na televisão entre as 20h e às 6h. Os rótulos deverão trazer advertências sobre os malefícios do produto, além do alerta: “Evite dirigir sob o efeito deste produto”.

Tramitação: O projeto tramita em conjunto com os PLs 6869/10 e 4846/94, que serão analisados por uma comissão especial e pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Restaurantes, bares e lanchonetes podem ser obrigados a oferecer cardápio em braile

Restaurantes, bares e lanchonetes podem ser obrigados a ter, pelo menos, um exemplar de cardápio em braile para atender aos clientes com deficiência visual. Projeto de lei da Câmara com essa finalidade está pronto para ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PLC 48/2011, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), determina a aplicação de multa de R\$ 100, reajustada com base no índice de correção dos tributos federais, para o estabelecimento que não oferecer o cardápio em braile. Nos casos de reincidência da infração, o valor da multa será duplicado. A lei que resultar do projeto terá 180 dias para entrar em vigor após ser publicada.

Na justificativa do projeto, a deputada argumentou que, para ser universal o direito de acesso à informação previsto na Constituição, é necessário legislar sobre questões simples e, ao mesmo tempo, fundamentais ao cotidiano das pessoas com deficiência.

Relatora do projeto na CDH, a senadora Ana Rita (PT-ES) apresentou voto pela aprovação. “A proposta é meritória, coerente com as normas e convenções vigentes e, ademais, extremamente oportuna, pois reforça o direito das pessoas com deficiência de viver com autonomia e de participar plenamente de todos os aspectos da vida social”, afirma.

Ana Rita cita no relatório a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. “A Convenção determina que os Estados Partes devem assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ou propiciados ao público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência”, lembra.

Se aprovado na CDH sem emendas e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto deve ser encaminhado à Presidência da República para sanção.

Fonte: Agência Senado

Infraestrutura

Contratos de concessão poderão ficar sem cláusula de reajuste de tarifa

A Câmara analisa proposta que acaba com a exigência de haver cláusulas de reajuste de tarifa nos contratos de concessão. A medida está prevista no Projeto de Lei 3928/12, do deputado Hugo Motta (PMDB-PB).

De acordo com a lei sobre concessões de serviços públicos (8987/95), as regras sobre reajuste e revisão de tarifas cobradas dos usuários são obrigatórias nos contratos entre empresas e administração pública. Pela proposta de Motta, serão necessárias somente as

normas sobre revisão. As cláusulas de reajuste, por sua vez, serão inseridas nos contratos somente se houver interesse do governo.

Hugo Motta explicou que a medida servirá para adequar os contratos de concessão ao cenário econômico atual do País, com estabilidade e inflação baixa.

“Nesse contexto não há necessidade de reajustes periódicos de tarifas, bastando à realização das revisões de tarifas praticadas periodicamente, nos prazos definidos no contrato de concessão, ou extraordinariamente, quando acontecimentos excepcionais exigirem, tudo em conformidade com o previsto no respectivo contrato de concessão”, explicou.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Emendas parlamentares diminuem dívida de estados e municípios com a União

Deputados e senadores apresentaram 39 emendas à medida provisória que concede benefícios aos estados e municípios que resolveram pagar suas dívidas com a União referentes a parcelas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). De acordo com a MP 574/12, os débitos poderão ser quitados em até 15 anos. Além disso, haverá uma espécie de anistia parcial, com isenção total dos encargos legais, de 60% das multas e de 25% dos juros devidos. A maior parte das emendas aumenta esses benefícios.

As propostas, em geral, estendem o prazo de pagamento e reduzem ainda mais as dívidas dos governos estaduais e municipais.

O deputado, no entanto, já adiantou que irá insistir na prorrogação do prazo para adesão ao parcelamento. Isso porque a data-limite para essa escolha, de acordo com o texto da MP, foi em 28 de setembro. Para Mabel, o período deveria ser estendido até pelo menos 31 de janeiro de 2013 em razão das eleições municipais. “Muitos prefeitos que não estão concorrendo à reeleição ou que vão entregar seus cargos a adversários podem não optar pelo parcelamento da dívida, apesar de ser necessário para o município. É preciso que essa decisão fique a cargo das novas gestões”, argumentou.

Segundo Mabel, o relatório sobre a MP deverá ser apresentado à comissão mista que analisa o texto até o próximo dia 10 de outubro. Nessa mesma data o relator espera que a MP seja votada pelo colegiado. A expectativa é que a medida seja votada pela Câmara logo na semana seguinte. A norma passa a trancar a pauta a partir do dia 27 de agosto e perde a validade no dia 10 de novembro.

PASEP: O PASEP é tributo federal que financia as ações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como o seguro-desemprego e o abono salarial. Estados e municípios vinham deixando

de pagar o tributo com o argumento de que a contribuição não teria natureza tributária, sendo, portanto, de cobrança facultativa. Mas uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) do ano passado determinou o recolhimento dos valores.

Para resolver o problema, o governo editou a MP 574/12, segundo a qual o pagamento da dívida será feito por meio da retenção mensal da parcela do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devidos a cada ente.

Outros parcelamentos: Parte das emendas apresentadas pelos parlamentares à medida provisória sugere também a ampliação do prazo para outros parcelamentos de dívidas previstos nas leis 11.941/09 e 12.249/10. As normas estabelecem critérios diferenciados para pagamento de determinados débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Procuradoria-Geral Federal.

Em regra, os parcelamentos permitidos por essas leis referem-se a dívidas contraídas até 2008 e o prazo para adesão já acabou. Segundo Mabel, alguns parlamentares pretendem ampliar os débitos passíveis de parcelamento. Mas o deputado já adiantou que a medida não deverá ter o apoio do governo. “Creio que poderemos, no máximo, ampliar o prazo de adesão aos programas. Ou seja, assim, permitir que a escolha pelo parcelamento seja feita até este ano, mas sempre referente a dívidas de até 2008”, ponderou.

Para o autor de uma das emendas que ampliam o prazo de adesão, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), a medida deve beneficiar cerca de dois terços das empresas e das pessoas físicas que pretendiam optar pelo parcelamento, mas não tiveram tempo suficiente para cumprir os procedimentos burocráticos necessários. “Assim renovaremos as esperanças de empresários e trabalhadores na recuperação de suas empresas e na manutenção de seus empregos”, argumentou na justificativa da emenda.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Bicicletas podem ficar isentas de tributos

A Câmara analisa proposta que isenta as bicicletas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida está prevista no Projeto de Lei 4199/12, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que também reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as importações e vendas desses produtos.

Para o autor, a isenção deve incentivar o uso de bicicletas nas grandes cidades. “De tempos em tempos, automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas e outros veículos poluentes são beneficiados por isenções fiscais. As bicicletas, no entanto, submetem-se à impiedosa carga tributária estabelecida pela nossa legislação sem gozar de qualquer benefício fiscal”, argumentou.

Pela proposta, as isenções valerão também para as partes das bicicletas, suas peças e acessórios, além de pneumáticos e câmaras de ar de borracha.

Tramitação: A proposta foi apensada ao PL 3965/12 e será alisada conclusivamente pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Impostos

Tabela do IR tem defasagem de 34%

O contribuinte da classe média brasileira poderia pagar quase a metade do Imposto de Renda que paga atualmente caso a tabela anual fosse corrigida com base na inflação oficial. Entre 1998 e 2011, a diferença entre os índices criou uma defasagem de 34%, aumentando a mordida do Leão para quem ganha entre R\$ 1,7 mil e R\$ 4,1 mil em até 44%.

Segundo a consultoria Ernst & Young Terco, um trabalhador que recebia salário com base de cálculo de R\$ 1.801 em 1998, era tributado pela alíquota de 27,5%. Com isso, pagava mensalmente R\$ 135,28 de imposto. Atualizando os valores até 2011, esse mesmo trabalhador teria o rendimento equivalente a R\$ 4.465,01 e pagaria mensalmente R\$ 471,35 de imposto, de acordo com o IPCA. Caso os valores tivessem sido corrigidos de acordo com a inflação, ele pagaria R\$ 263,81, 44% menos de Imposto de Renda, sendo tributado em 22,5%.

Acima dessas faixas, o impacto é gradualmente reduzido. Quem ganhava R\$ 40 mil, em 1998, por exemplo, teria menos de 1% de redução de imposto, explica Carlos Martins, sócio da área de Human Capital da consultoria.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), João Eloi Olenike, o contribuinte das faixas de renda mais baixas perde duplamente, com a desvalorização da moeda e com o aumento da carga tributária. “O dinheiro a mais que o governo recolhe, na prática, acaba sendo uma apropriação indébita. Ao não corrigir a tabela, há um recolhimento além do que seria a tributação justa”, critica.

Com a definição da correção da tabela do IR em 4,5% ao ano até 2015, a defasagem pode ser ainda maior caso a inflação oficial fique acima das metas estipuladas pelo Banco Central nos próximos anos. Em 2012 e 2013, por exemplo, a expectativa do mercado, sinalizada pelo Boletim Focus, é de uma inflação acima de 4,5%. Para o consultor Gilson Faust, da Pactum Consultoria Tributária, a definição do reajuste da tabela do IR vai além da questão de política fiscal e tributária, criando um desafio para o governo. “Essa dificuldade vem se tornando cada vez mais forte na medida em que o governo desindexou a economia. Em tempos de inflação, alta a tabela era corrigida automaticamente o que ia retroalimentando a própria inflação”, aponta.

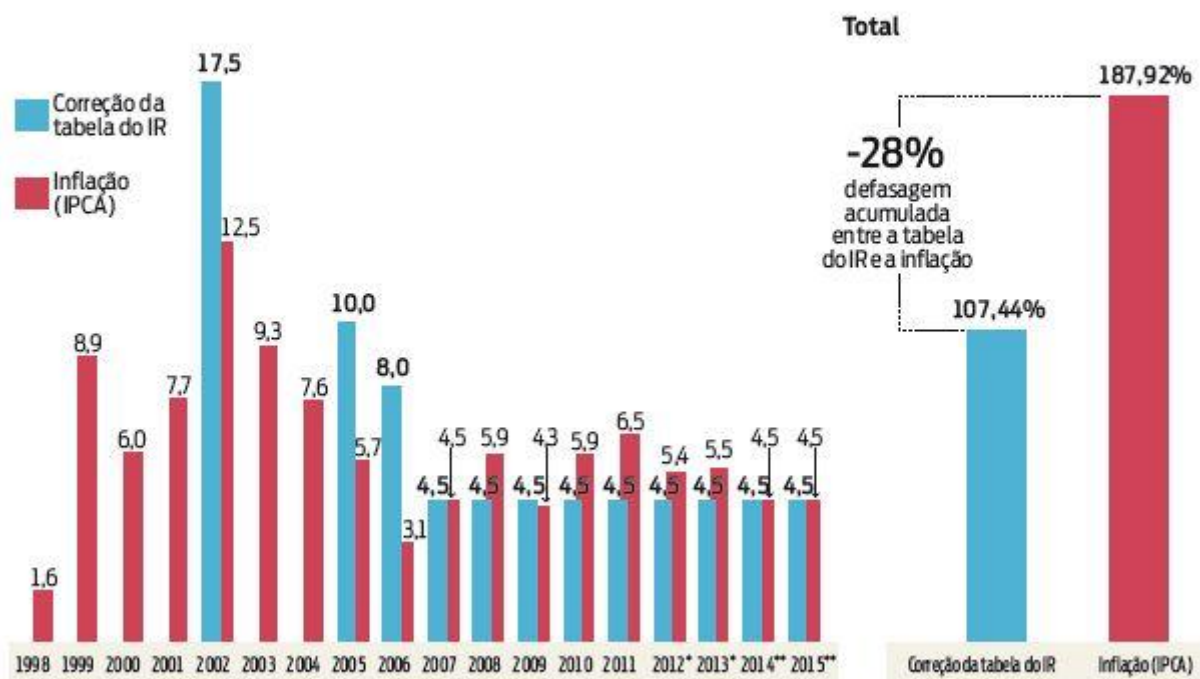
Segundo ele, a decisão deve encontrar o equilíbrio na justiça tributária e evitar qualquer expectativa de indexação. Ele reconhece que do ponto de vista da justiça fiscal o processo inflacionário não repassado aumenta a carga tributária.

“A não correção acaba concentrando a tributação na classe média, que sofre maior impacto nessa defasagem pela capacidade contributiva menor. As faixas mais altas têm maior capacidade de absorção desse aumento”, avalia.

MORDIDA DUPLA

A correção da tabela do Imposto de Renda por índices abaixo da inflação cria uma defasagem ao longo dos anos. Até 2015, diferença chegará a quase 30%. Maior impacto é para quem ganha salário entre R\$ 1,7 mil e R\$ 4,1 mil.

Em %



*Projeção Boletim Focus do Banco Central divulgado em 1/10/2012

**Meta de inflação oficial do Banco Central (IPCA)

Fonte: Ernst & Young Terco, Banco Central e Receita Federal. Infografia: Gazeta do Povo.

Fonte: Gazeta do Povo

Questões Institucionais

Regras sobre coligações partidárias estão em discussão na Câmara

As coligações são protagonistas do jogo político durante as eleições e definem o destino de vários candidatos. Essa união entre dois ou mais partidos aumenta a força das legendas, garante mais tempo de propaganda eleitoral gratuita para candidatos a prefeito, governador e presidente. Também multiplica as chances de eleição dos candidatos a deputados e vereadores dos partidos aliados. Na formação dos arranjos, no entanto, afinidades ideológicas entre os partidos nem sempre são levadas em consideração e, muitas vezes, a união é desfeita após o pleito.

Os prós e contras das coligações estão em discussão na Câmara dos Deputados e são temas da enquete da Agência Câmara. Tramita na Casa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 84/11, do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), que extingue a possibilidade de coligações partidárias nas eleições proporcionais (para vereador, deputado estadual e deputado federal).

O ex-líder do PSDB argumenta que as coligações atuais “enganam os eleitores”. “O voto em determinado candidato de um partido acaba auxiliando a eleição de candidato de outra agremiação que, após eleito, passa a defender políticas públicas extremamente diversas daquelas defendidas pelo partido ao qual o eleitor depositou o seu voto”, acrescenta o deputado.

Isso ocorre porque, nas eleições proporcionais, os eleitores votam nos candidatos ou nos partidos, mas todos os votos serão computados pela coligação, como se fosse uma só agremiação. Assim, ao votar em um candidato do partido A, o eleitor pode ajudar a dar o mandato para um candidato do partido B, desde que eles sejam coligados.

Na eleição de 2010, por exemplo, os mais de 1 milhão de votos recebidos pelo deputado Tiririca (PR-SP) ajudaram a eleger deputados do PCdoB e do PT.

Sistema pluripartidário: As coligações eleitorais nas eleições proporcionais recebem o maior número de críticas ao permitir a eleição de candidatos que não alcançaram individualmente o mínimo dos votos necessários para assumir a cadeira de deputado ou vereador, mas assumem as cadeiras caso a coligação seja bem votada. Outros, no entanto, argumentam que as coligações podem ser uma forma de garantir a representação de partidos menores.

O deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) defende as coligações, mas nega que tenha sido eleito com votos de outro. “Eu e o deputado Aldo Rebelo recebemos muitos votos”, disse ele. Para o parlamentar, as coligações viabilizam o sistema pluripartidário. “Se as coligações fossem proibidas, os partidos maiores se perpetuariam no poder e, assim, não haveria alternância de pensamentos políticos e ideologias”, defendeu.

Reforma política: O relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), apresentou um anteprojeto que muda a regra atual das coligações para as eleições de proporcionais. O texto de Fontana admite que as coligações existam na forma de federações partidárias, em que a união permanece durante o mandato eletivo dos candidatos, o que não ocorre atualmente.

Além de ficarem unidos, os partidos federados atuarão como se fosse uma única agremiação, inclusive no registro de candidatos e funcionamento parlamentar.

Esse novo modelo, na avaliação de Fontana, honraria o voto do eleitor. “Se dois partidos de menor porte, para sobreviver no cenário político nacional, decidirem fazer a federação, terão de registrar um programa e assumir o compromisso de permanecer com este programa ao longo de quatro anos”, explica.

A comissão de reforma política deve voltar a se reunir após as eleições para discutir o texto de Fontana.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relações do Trabalho

Projeto prevê vigência imediata para acordos coletivos de trabalho

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3991/12, da Comissão de Legislação Participativa, que prevê vigência imediata às convenções ou acordos coletivos de trabalho. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei 5.452/43).

O projeto teve origem em sugestão apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé (RJ).

O sindicato ressalta que os acordos ou convenções feitos pelos sindicatos só têm validade após três dias, o que prejudica o trabalhador. Segundo o sindicato, o trabalhador não é beneficiado pelo acordo durante esse prazo e, muitas vezes, ocorrem demissões nesse período.

“Mesmo aqueles que permanecem no emprego também são prejudicados com essa carência, tanto em sua remuneração como em seus direitos conquistados”, diz o sindicato.

Tramitação: Antes de ir a Plenário, a proposta será examinada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Proposta obriga empregador pessoa física a recolher PIS/PASEP

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4071/12, da Comissão de Legislação Participativa, que obriga pessoas físicas a recolherem a contribuição dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) para seus empregados, urbanos ou rurais, com base no faturamento mensal ou na folha salarial.

Atualmente, a Lei 9.715/98 estabelece o recolhimento do PIS/PASEP por empresas, estatais, União, estados e municípios, com base no recolhimento do mês ou das receitas arrecadadas. O Decreto 3.000/99 equipara o contratante pessoa física a pessoas jurídica para recolhimento do PIS.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região que propôs a alteração, pela Sugestão 105/08, os trabalhadores rurais empregados de pessoas físicas não recebem os benefícios do PIS, mesmo com a equiparação prevista em lei. A entidade disse que a Justiça tem respaldado o não recolhimento por ele não ter previsão legal.

De acordo com o sindicato, a medida beneficiará milhares de trabalhadores empregados por pessoas físicas, que formam a maioria dos trabalhadores do campo.

Tramitação: A proposta, que tramita em regime de prioridade, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Governo vai editar lei contra demissões sem justa causa

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vai encaminhar um Projeto de Lei Complementar (PLC), iniciativa para regulamentar o mecanismo de combate à rotatividade de pessoal, confrontando empresas que demitem sem justa causa. Em entrevista exclusiva, durante visita à redação de O DIA, o ministro do Trabalho, Brizola Neto, revelou que a estratégia é combater o desemprego, fraudes nas demissões e quando patrão e empregado combinam demissão de fachada para que o trabalhador receba o seguro-desemprego.

Em 2009, a taxa de rotatividade alcançou 36% e chamou a atenção do governo. Em 2007, o número estava em 34,3%. Essa evolução, pesquisada pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, é motivo de preocupação. Segundo o ministro, em 2013, modelo piloto com oito agências testará sistema de monitoramento de empregos. O programa funcionará em conjunto com a Previdência.

Brizola Neto detalhou a plataforma: "Teremos controle para saber quanto tempo o trabalhador está demorando para ser atendido, quanto ele demora para receber proposta de emprego, além da demora em pedidos de qualificação, abono ou matrícula em curso de capacitação".

Investimentos:

Sobraram vagas: A medida do Ministério do Trabalho e Emprego para a criação da ferramenta de análise vem em boa hora. Segundo o MTE, este ano são 600 mil vagas de emprego não preenchidas.

Brizola Neto afirma que a solução reside nos investimentos em programas de qualificação: "Desse monitoramento, esperamos integrar políticas e criar, de fato, um sistema nacional de emprego. Hoje, infelizmente, ele existe em somente alguns lugares".

Qualificação: A mudança da qualidade dos cursos também é preocupação do ministro Brizola Neto. Antes de assumir o cargo, havia o Plano Nacional de Qualificação, que envolvia programas do MTE para capacitar pessoal em específicos setores.

"No entanto, veio o Pronatec, que foi um grande esforço do governo. Com ele, é outro modelo. No Plano Nacional de Qualificação, era algo básico e inicial, como uma porta de entrada", compara. "Com o Pronatec, existem profissionais bem qualificados - como do Sistema S (SENAI, SENAC e SEBRAE) -, que preparam para arcos ocupacionais mais complexos como petróleo e gás e construção civil".

Apagão da mão de obra: Indústria naval e petróleo e gás são os setores com escassez mais grave de mão de obra. Segundo o ministro, jovens já estão sendo capacitados para atender à demanda e o ministério estabelece parcerias com Prominp e outras instituições de ensino.

Fonte: Blog RT

Proposta fixa prazo para demissão ser homologada

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4247/12, do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), que estipula prazos para a homologação da rescisão do contrato de trabalho pelos sindicatos profissionais. Pelo texto, a homologação deverá ser feita até o primeiro dia útil após o término do contrato ou, caso não tenha havido aviso prévio, até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão. O prazo é o mesmo válido atualmente para o pagamento das parcelas rescisórias.

Assis Melo argumenta que a falta de um prazo para a homologação da rescisão prejudica o empregado. “Mesmo quando recebe devidamente as verbas rescisórias, o empregado muitas vezes deixa de receber os benefícios para o período de desemprego. Isso ocorre porque as guias para levantamento do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e para o recebimento do seguro-desemprego só são entregues após a homologação”, explica o parlamentar.

O deputado afirma ainda que os empregadores tentam protelar o mais que podem essa homologação nos casos em que não fizeram os recolhimentos necessários ao fornecimento das guias.

A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43).

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Resolução do Contran: O Ministério Público do Trabalho e sindicalistas pedem revogação de norma que adia fiscalização de descanso de caminhoneiros

O MPT (Ministério Público do Trabalho) e a CNTTT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres) divulgaram uma carta na qual defendem a "revogação imediata" da resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) que suspendeu por até seis meses o cumprimento da Lei do Descanso dos Caminhoneiros. Publicada dia 13/09, no Diário Oficial da União, a Resolução 417 do Contran prevê que, em até 180 dias, os ministérios do Trabalho e dos Transportes definam uma lista das rodovias federais com pontos de parada que preencham as condições sanitárias e de conforto exigidas por lei. A ideia é que a aplicação de multas ocorra apenas nessas estradas.

No documento, o MPT e a confederação repudiam a resolução do Contran. "Illegal e arbitrariamente, [a resolução] vem ferir de morte a histórica conquista materializada na Lei

12.619/2012", diz trecho da carta. "Teríamos, então, as rodovias da morte e as rodovias da vida, o que seria cômico, não fosse trágico."

Entre os signatários do documento estão o procurador Paulo Douglas Almeida de Moraes, do MPT, e Omar José Gomes, presidente da confederação. Dirigentes de entidades sindicais filiadas à entidade também assinam a carta, lançada durante seminário em Manaus. "O Contran [...] acaba por prestigiar o interesse de um pequeno grupo da sociedade em detrimento de centenas de milhares de vidas", diz o texto.

"Na terça-feira, vamos ter uma reunião em Brasília para discutir o assunto com a confederação patronal [Confederação Nacional do Transporte, CNT] e com o MPT", informou Epitácio Antônio dos Santos, dirigente da CNTTT, em entrevista à Agência Brasil. "Se o Contran não voltar atrás, vamos entrar em greve em outubro para que a lei seja cumprida. Também estamos estudando a possibilidade de exigir esse cumprimento por meio de ações judiciais."

Conforme a nova legislação, os motoristas devem fazer uma jornada de trabalho de oito horas diárias, com no máximo duas horas extras, além de uma pausa de 30 minutos a cada quatro horas trabalhadas.

A lei alterou artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do Código de Trânsito Brasileiro. A resolução do Contran não afeta a fiscalização do cumprimento dos dispositivos alterados na legislação trabalhista.

No final de julho, caminhoneiros fecharam estradas em diversas regiões do país, em protesto contra a nova lei. Na ocasião, a CNTTT e a CNTT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes), filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), denunciaram a ocorrência de locaute (greve patronal).

A reportagem da Agência Brasil não conseguiu contato neste sábado (15/9) com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), órgão do Poder Executivo que dirige o Contran.

Fonte: Blog RT

Após segundo turno, governo propõe novas regras trabalhistas

Logo depois do segundo turno das eleições, o governo vai discutir estratégias para travar uma queda de braço com a base aliada no Congresso Nacional oriunda de sindicatos de trabalhadores por causa de propostas polêmicas para assegurar maior competitividade aos setores produtivos: flexibilização das leis trabalhistas, criação do Simples Trabalhista para micro e pequenas empresas e limitações do direito de greve dos servidores públicos.

A maior resistência da ala sindicalista deverá ser contra a ideia do projeto de lei em elaboração no governo para assegurar aos sindicatos o direito de negociar com as empresas alterações pontuais na aplicação das leis trabalhistas. O discurso do Planalto é que os trabalhadores não vão perder direitos, mas apenas ampliar alternativas para o cumprimento deles.

Como exemplos, os casos das férias de 30 dias e do banco de horas. Um Comitê Sindical de Empresa será criado para encaminhar as propostas de flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), elaborada há quase 70 anos. Na prática, o projeto permite a redução

temporária de salários, variações no cumprimento da jornada de trabalho e a troca de folgas por horas extras em momentos de crise.

"As leis trabalhistas não devem ser alteradas", costuma reagir o deputado federal Vicentinho (PT-SP), ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). "O problema é o aperfeiçoamento da legislação trabalhista não pode significar a perda de direitos dos trabalhadores", destaca o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), político egresso do movimento sindical.

Menos tributos: A proposta da criação do Simples Trabalhista deverá ser concluída somente no início de 2013, de acordo com cronograma de discussões encaminhadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Uma das ideias é o estabelecimento de pisos salariais diferenciados por categorias, conforme o porte da empresa. Outra é a formação de bancos de horas que permitam aos funcionários, por exemplo, reduzir o tempo de almoço para compensar a saída mais cedo do trabalho, a fim de evitar o horário de pico para ir embora.

Outra ideia em andamento no governo é pegar carona nas propostas em andamento no Congresso para regulamentar o direito de greve entre os servidores públicos. "Acredito que com os abusos tivemos nessa greve recente, com certeza, isso vai ter um reflexo na discussão e nas definições do Congresso Nacional", previu a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Essas propostas polêmicas serão encaminhadas pelo governo depois das eleições.

Fonte: Blog RT

[Previdência Social](#)

Aviso prévio indenizado poderá ficar isento da contribuição previdenciária

Os valores que o trabalhador venha a receber a título de aviso prévio indenizado poderão ficar isentos da contribuição previdenciária. É o que determina o PLS 198/2012, do senador Blairo Maggi (PR-MT), que aguarda designação do relator na Comissão de Assuntos Sociais. A decisão da CAS será em caráter terminativo.

O aviso prévio indenizado é uma compensação no valor de um mês de remuneração paga pelo empregador quando demite o empregado sem justa causa e sem cumprimento do aviso prévio trabalhado. Segundo jurisprudência firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), trata-se de uma verba de natureza indenizatória e não deve integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária.

Apesar disso, argumentou o senador Blairo Maggi, o aviso prévio indenizado não está entre as importâncias isentas de contribuição previdenciária relacionadas na lei que trata da organização da seguridade social (Lei 8.212/1991). Por isso, ressalta o senador, a Receita Federal exige o pagamento da contribuição previdenciária sobre esses valores.

Entre os valores elencados na lei, informou Blairo Maggi, estão às férias indenizadas e o seu adicional de um terço a mais do que o salário normal; as importâncias relativas à

indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as recebidas a título de incentivo à demissão.

“Com o intuito de por fim a uma insegurança jurídica, o presente projeto de lei determina que os valores referentes ao aviso prévio indenizado não integram o salário de contribuição e, portanto, sobre eles não incide qualquer tributo previdenciário, reiterando-se sua natureza indenizatória”, argumenta Blairo Maggi.

Fonte: Agência Senado

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Fomento Paraná amplia pontos para atender empresários

A Fomento Paraná e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) firmaram uma parceria pela qual as 110 agências do Sicoob espalhadas pelo Paraná atuarão como correspondentes da Fomento, oferecendo aos cooperados as linhas de crédito do Banco do Empreendedor. O Sicoob é composto de cooperativas singulares e centrais de crédito. O convênio foi assinado durante a 22.ª Conferência Anual da Faciap, em Foz do Iguaçu.

“Atendendo à determinação do governador Beto Richa, ampliamos o raio de ação da Fomento Paraná em busca de capilaridade. A missão é ficar mais próximos dos empresários e empreendedores paranaenses, que passaram os últimos anos sem o apoio do poder público e que a partir de agora, podem contar com uma das mais baixas taxas de juros do Brasil”, destacou o diretor de Mercado e Relações Institucionais, Alexandre Teixeira. O diretor de Operações do Setor Privado da Fomento Paraná, Calixto Clemenceau, também esteve presente na Conferência Anual da Faciap.

Atualmente, a Fomento Paraná oferece taxa de juros subsidiada para empresários que aderem ao programa Bom Negócio Paraná/Banco do Empreendedor e para aqueles empresários que buscam a capacitação e o crédito orientado, de apenas 0,55 % ao mês.

Jefferson Nogaroli, presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/PR e presidente da Central/Sicoob, classificou a assinatura do convênio entre as duas empresas como momento histórico. “O Governo do Estado está firmando parceria estratégica com o setor produtivo e buscando fomentar a economia, gerar emprego e renda além de mostrar o que os empresários paranaenses são capazes de fazer, quando encontram, no governo do estado, um braço amigo”, enfatizou Nogaroli.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Meio Ambiente

FIEP coordenará construção de propostas de logística reversa

Mais de 80 pessoas, entre empresários, representantes de sindicatos e de associações empresariais e entidades como Associação Comercial do Paraná (ACP), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Federação do Comércio (Fecomércio), além da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), participaram da segunda reunião do Comitê de Logística Reversa da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). A iniciativa tem como objetivo articular junto a outros elos da cadeia produtiva, como o comércio, as propostas que deverão ser apresentadas à SEMA no âmbito da logística reversa, medida que prevê a responsabilidade compartilhada – entre fabricante, comerciante e consumidor –, pela destinação final dos produtos.

De acordo com o coordenador de resíduos sólidos da SEMA, Carlos Garcez do Nascimento, todas os elos da cadeia produtiva devem ser envolvidos no fluxo reverso. “Não existe fracionamento da responsabilidade entre indústria e comércio. Todos somos 100% responsáveis”, afirmou.

Edital: A reunião coincidiu com o anúncio oficial da SEMA, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 8811, que prorroga por mais 45 dias o prazo para que as empresas apresentem suas propostas para implantação da logística reversa, prevista no Edital de Chamamento nº 01/2012. ([Acesse o edital clicando aqui](#))

Com a dilação do prazo, as empresas têm até o dia 23 de novembro para apresentar suas propostas. Estas propostas, normalmente, são apresentadas por entidades representativas, através de sindicatos e associações, e não de forma individual por empresa.

Para viabilizar este processo de forma organizada, estas propostas serão articuladas com todos os elos da cadeia produtiva. “É preciso que todas as ações dentro de uma cadeia estejam coordenadas para que as propostas elaboradas sejam de fato possíveis de serem aplicadas”, afirmou o assessor da presidência da FIEP, Irineu Roveda, que presidiu a reunião. Esta articulação ficará a cargo da gerência de Fomento e Desenvolvimento da FIEP, que conduzirá reuniões com todos os integrantes das 16 cadeias produtivas do Estado. “Para efeitos de edital, os setores que têm cadeias muito complexas poderão mandar para a SEMA não uma proposta fechada, mas um termo de compromisso com um calendário de trabalho, bem operacional, para construir esta proposta até junho de 2013”, explica Luciano Busato, analista técnico da gerência de Fomento e Desenvolvimento responsável por conduzir as articulações setoriais referentes à logística reversa.

Segundo Nascimento, a SEMA recebeu, até o momento, apenas três propostas de logística reversa: embalagens de agrotóxico, embalagem de óleo lubrificante e óleo lubrificante.

Preocupações: Desde que foi determinada sua obrigatoriedade, através da Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a logística reversa vem trazendo preocupações ao setor produtivo devido às dificuldades inerentes à implantação deste processo. Muitas empresas temem que regulamentação inadequada ou fiscalização

insuficiente por parte dos órgãos ambientais trazam prejuízos à competitividade das empresas.

Segundo George Blum, da Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação (Abilumi), deve ser cobrada responsabilidade também para aqueles que não estão associados a entidades representativas. Ele conta que existem duas associações em nível nacional que representam este setor, que congregam cerca de 30 empresas. “Mas existem 600 empresas importadoras cadastradas. Como controlar e fazer com que todos participem?”, indagou.

Também Ademir Brescansin, representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), teme que a falta de isonomia prejudique aqueles que obedecem à legislação e deixe livres aqueles que não são associados e que, portanto, não seriam o alvo primeiro da fiscalização. “Não podem ser penalizadas apenas as empresas que são associadas”, observa.

De uma forma geral, as entidades que participaram da reunião do Comitê de Logística Reversa pediram mais compromisso do poder público com o setor produtivo na implementação da medida. “O poder público está passando a responsabilidade para a iniciativa privada. Temos que ser parceiros”, disse o vice-presidente da FIEP, Rommel Barion, que destacou a necessidade de um acompanhamento por parte da SEMA na construção as propostas.

Fonte: FIEP

Questões Institucionais

Orçamento do Estado para 2013 chega à Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), recebeu formalmente em 1º de outubro, do chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Sebastiani, e do secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cássio Taniguchi, a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), relativa ao exercício 2013, do governo do Estado. A mensagem já havia sido protocolada no último dia 28, respeitando dispositivos da Constituição Estadual. A previsão de recursos para o próximo ano chega a R\$ 33 bilhões, dos quais 30% serão direcionados para o ensino público, equivalente a R\$ 5,7 bilhões. Em saúde serão destinados aproximadamente R\$ 2 bilhões e em segurança o governo pretende aportar R\$ 2,4 bilhões. “Teremos um orçamento equilibrado. É importante destacar que pela primeira vez estão sendo aplicados cerca de 9% em segurança e os 12 %em saúde. Para2013 esperamos o desenvolvimento de um amplo programa de obras, com prioridade para as estradas, além de saúde, educação e segurança, que estarão contempladas nestas ações”, afirmou Taniguchi.

Na avaliação da Casa Civil, existe um cenário favorável e de crescimento no Paraná. Sebastiani avalia que o orçamento do próximo ano, considerando os repasses constitucionais, já demonstra maior destinação de recursos. “É um cenário de crescimento. As despesas significam investimentos. O orçamento é peça fundamental e tenho certeza que

a Assembleia fará a devida discussão, inclusive direcionando possíveis emendas. Verificamos na área de segurança, com esta previsão orçamentária, um patamar de aumento nos recursos”.

Entre as despesas custeadas com recursos do Tesouro Geral do Estado, o Poder Legislativo receberá cerca de R\$ 798 milhões (2,42%); R\$ 1,5 bilhão será repassado ao Poder Judiciário (4,60%); R\$ 47 milhões serão assegurados para a Defensoria Pública (0,14%), e em torno de R\$ 643 milhões (1,95%) ao Ministério Público.

Agilidade: O presidente da Casa afirmou que a LOA será encaminhada à Comissão de Orçamento já na próxima segunda-feira (8) e que os prazos serão cumpridos com a maior celeridade, a exemplo de 2011. “Já vamos encaminhar para a comissão e teremos suficiente para apreciarmos o Orçamento. Espero que os deputados deem a sua contribuição. Nada será votado no afogadilho e pretendemos dar a maior agilidade possível como fizemos no ano passado, aprovando a mensagem com rapidez”, disse Rossoni.

Fonte: ALEP